

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

**VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAL
CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA¹
MACROECONOMIC VARIABLES: A REFLECTION ON THE CURRENT
BRAZILIAN ECONOMIC CONJUNCTURE**

**Felipe Cavalheiro Zaluski², Ricardo Alberti³, Jorge Oneide Sausen⁴,
Patrique Rosa Hedlund⁵, Rita De Cassia Sasso⁶, Fernando De Jesus
Moreira Junior⁷**

¹ Pesquisa realizada no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional

² Mestrando em Desenvolvimento Regional da UNIJUI. E-mail: felipezaluski@hotmail.com

³ Mestrando em Administração na UFSM. E-mail: r-alberti@live.com

⁴ Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI. E-mail: jo-sausen@unijui.edu.br

⁵ Mestrando em Desenvolvimento Regional. E-mail: pa.tri.que@hotmail.com

⁶ Mestranda em Administração pela UFSM. E-mail: ritasasso1234@gmail.com

⁷ Professor UFSM. e-mail: fmjunior777@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Conforme a teoria monetária brasileira, altas taxas de juros são adotadas como método de controle da inflação, isto é, juros maiores têm por finalidade reduzir a inflação. Nesse contexto, cabe perguntar: por que após tantos anos o Brasil ainda continua com altas taxas de juros sem eliminar a inflação alta?

Os juros altos foram adotados no Brasil a fim de promover a estabilidade de preços, pois o que se sabe é que se os juros estiverem elevados, as pessoas tendem a consumir menos, buscar menos empréstimos, conseqüentemente haverá um desaquecimento da economia, o que tenderá a normalização da inflação na economia.

Este cenário brasileiro seria, então, consequência de uma má administração pública (ou excesso de gastos fiscais) ou ineficiência na política monetária (RESENDE, 2017a). Isso é o que leva muitas pessoas em nossa sociedade a se questionar, qual será o problema na política monetária utilizada que não é capaz de reduzir a inflação, através das altas taxas de juros, adotadas pelo BACEN.

O Fed (banco central americano), por exemplo, aumentou as reservas bancárias de US\$ 50 bilhões para US\$ 3 trilhões, ou seja, multiplicou a base monetária por 60, num período inferior a dez anos. A inflação não explodiu, ao contrário, continuou excepcionalmente baixa. O mesmo aconteceu no Japão, na Inglaterra e nas economias da zona do euro. Diante do aumento, verdadeiramente extraordinário, da oferta de moeda, a inflação manteve-se excepcionalmente baixa e ainda menos volátil do que no passado (RESENDE, 2017a).

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

Diante disso, este estudo objetiva-se apresentar uma reflexão teórica sobre a atual conjuntura econômica do Brasil. Para isso apresenta um conjunto de informações sobre a Taxa de Juros e a Inflação, correlacionando-as para obter uma reflexão que auxilie na compreensão das abordagens macroeconômicas no atual contexto brasileiro, por fim, busca-se apresentar alguns pressupostos para alinhamento do objetivo principal da política monetária brasileira.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa dos principais conceitos da área da teoria monetária brasileira, em específico, da taxa de juros e de inflação. Desta forma, para a coleta de dados realizou-se uma pesquisa bibliográfica em três das principais revistas com abordagens conceituadas sobre a economia brasileira. As revistas escolhidas foram a “Valor Econômico”, “Folha de São Paulo” e “Revista Exame”, delimitando a pesquisa com os termos “taxa de juros” e “taxa de inflação”, filtrando apenas estudos publicados a partir do ano de 2017 e com maior visualização, afim de manter a atualidade do tema em reflexão. Posteriormente, os dados foram analisados afim de realizar uma análise cruzada das informações para propor uma reflexão teórica no âmbito proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil adota um novo modelo da escola neokeynesiana, que deixa de lado a moeda e tem como prioridade a manutenção da taxa de juros como instrumento de combate à inflação (RESENDE, 2017a). O modelo neokeynesiano, utilizado pelo banco central, baseia-se na Regra de Taylor, que se refere que a taxa de juros deve ser aumentada ou reduzida mais do que proporcionalmente e de maneira inversa à taxa de inflação (RESENDE, 2017a).

Como no caso brasileiro, o regime de metas de inflação não adota a regra de Taylor em sua totalidade, consideram-se apenas as variações da inflação para determinar a taxa de juros. Em outros países, a regra de Taylor, é utilizada de outra forma, se a inflação subir não significa, necessariamente, que isso provocará um aumento da taxa de juros, pois os juros estão ligados a outros fatores de produção e não somente a inflação (REUTERS, 2017).

Esse modo de reger a econômica brasileira pode ser a consequência da situação vista no país. Segundo Parnes (apud MACHADO et al., 2017), as razões para que o Brasil ainda esteja demonstrando sinais de recuperação, é devido o cenário presente, que está sendo de grande incerteza, com grande endividamento das empresas, crise dos Estados que acaba por deixar o consumidor hesitante em gastar sua renda.

Além disso, o grande desequilíbrio fiscal que para Resende (2017a) este cenário brasileiro de déficit das contas públicas com excesso de gastos deveria ter um controle mais rigoroso, isto é,

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

deveria ser levado mais a sério, para a formulação de políticas fiscais mais austero e críveis, para assim, buscar a formulação de uma política monetária que seja eficaz juntamente com a política fiscal. Para Nakano (2017) o problema no caso brasileiro está sim, na política fiscal, no excesso dos gastos públicos que acabou por gerar falta de confiança da sociedade na política fiscal. Esta falta de confiança trouxe consigo consequências negativas para o país, os investimentos caíram, o desemprego aumentou e, conseqüentemente, o consumo caiu.

Para Senna (2017), a situação da atual conjuntura econômica brasileira, pode ser consequência das altas taxas de juros adotadas pelo BACEN para reduzir a inflação, porém, sem efeito, dado que a inflação se mantém em patamares elevados. Isso demonstra que no Brasil, a política monetária adotada para combater a inflação através da taxa de juros não está apresentando os resultados desejados, já que a inflação está se mostrando insensível a taxa de juros (SENNA, 2017).

De acordo com Senna (2017), conforme estudos recentes, já citados, observa-se que em um prazo mais longo, a taxa de juros alta poderá elevar a inflação. O autor sugere que isso pode ser o que está acontecendo na economia brasileira. Para Resende (2017b) pode ser consequência também das expectativas racionais, uma vez que, os agentes criam expectativas quanto à taxa de juros futura, conseqüentemente os empresários aumentam seus preços o que impulsiona a inflação a subir.

Assim, é necessário também terminar com a indexação da dívida pública e é de extrema importância ter um governo republicano que tenha responsabilidade fiscal. De modo que o governo consiga baixar o nível da taxa de juros para próximo do patamar que o Banco Central almeja e, assim, alcançar a melhor eficácia da política monetária. Para 2018, a expectativa de inflação também recuo, de 4,39% para 4,36% de aumento (CAPRIOLI, 2017).

A partir do final do ano de 2016, o principal intuito do governo, Michel Temer, passou a ser a redução da taxa Selic, trazendo a Selic que estava em 14,25 para 13 por cento, a fim de impulsionar a economia brasileira que passou por um período de recessão (GERBELLI, 2017). E como a expectativa para este ano é de queda na inflação, o objetivo do corte da taxa de juros Selic se mantém. A previsão é que para o fim desse ano e do ano de 2018 a taxa de juros fique em 8,5% (REUTERS, 2017).

Dessa forma, o afrouxamento na política monetária acaba por obter resultados de forma mais tardia (GERBELLI, 2017). De acordo com Gerbelli (2017, p. 1) "Em condições normais, a economia brasileira demorava, em média, de seis a nove meses para responder integralmente aos cortes ou elevações da Selic. Mas, na conjuntura atual, esse prazo pode ser maior". Este cenário é consequência, da incerteza e também do endividamento que se encontra boa parte das empresas e famílias que acarretou em uma retração na economia brasileira. Pois, com a queda na taxa de juros, primeiramente os agentes buscarão renegociar suas dívidas para depois voltar a consumir ou investir (GERBELLI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

A partir da reflexão proposta, conclui-se que a política monetária brasileira deveria ter como prioridade minimizar, no curto prazo, a inflação, porém não pode sacrificar a política fiscal, que deve ser capaz de garantir a manutenção das contas públicas no longo prazo, pois, tanto a reforma fiscal como a reforma monetária são pré-requisitos para se alcançar uma baixa na taxa de juros no Brasil.

Em outras palavras, para o bom funcionamento e dominância da política monetária no controle da inflação, a situação fiscal tem que estar sob controle, no sentido de que a trajetória de crescimento da dívida pública não seja explosiva, com a geração de superávit primário necessário. Se a geração de superávit primário não for suficiente para conter o crescimento da dívida, a elevação da taxa de juros provocará uma expansão maior da dívida pública e, em consequência, financiamento do déficit com emissão de moeda e inflação.

Portanto, cabe aos formuladores da política monetária estudar qual será a origem da inflação e qual o melhor remédio para combatê-la, levando em consideração toda a conjuntura política, econômica e social. Além disso, deve-se levar em consideração que este processo não é tarefa fácil, pois exige tempo e muita análise para, assim, alcançar a estabilidade de preços.

Palavras-chave: Conjuntura Econômica; Atualidade; Economia.

Keywords: Economic conjuncture; Present; Economy.

REFERÊNCIAS

RESENDE, A. L. **Juros e Conservadorismo intelectual**. Valor Econômico, São Paulo, SP, 13 de jan. de 2017a. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/4834784/juros-e-conservadorismo-intelectual>>. Acesso em 05 dez. 2017.

RESENDE, A. L. **Teoria, prática e bom senso**. Valor Econômico, São Paulo, SP, 27 de jan. de 2017b. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/4849060/teoria-pratica-e-bom-senso>>. Acesso em 06 dez. 2017.

REUTERS, Da. **BC voltará a cortar taxa de juros em 1 ponto percentual, veem economistas**. Folha de São Paulo, São Paulo, SP, 17 de abr. de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1876175-bc-voltara-a-cortar-taxa-de-juros-em-1-ponto-percentual-veem-economistas.shtml>> Acesso em: 15 de dez. 2017.

MACHADO, T.; VIEIRA, C. **Há espaço enorme para juro real cair, diz Parnes**. Valor Econômico, 21 de fev. de 2017. Disponível em:

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

<<http://www.valor.com.br/brasil/4876144/ha-espaco-enorme-para-juro-real-cair-diz-parnes?page=6>> Acesso em: 15 de dez. 2017.

NAKANO, Y. **Aritmética monetarista desagradável**. Valor Econômico, 02 de fev. de 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/4855902/aritmetica-monetarista-desagradavel>> Acesso em: 15 de dez. 2017.

SENNA, J. J. **Taxa de Juros e Inflação**. Valor Econômico, 10 de fev. de 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/4864408/taxa-de-juros-e-inflacao>> Acesso em: 15 de dez. 2017.

CAPRIOLI, G. **Mercado espera inflação de 3,93% em 2017 e expansão de 0,50% para PIB**. Valor Econômico, 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4968266/mercado-espere-inflacao-de-393-em-2017-e-expansao-de-050-para-pib>> Acesso em: 15 de mai. de 2017.

GERBELLI, L. G. **Política monetária demorará mais para estimular economia**. Revista Exame, 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/politica-monetaria-demorara-mais-para-estimular-economia/>> Acesso em: 09 de dez. de 2017.